



Universidade de Brasília
Instituto de Ciência Política

**O desempenho eleitoral de Marina Silva no Distrito Federal nas eleições
presidenciais de 2010 e 2014**

Vinícius Gomes de Oliveira

Brasília - DF

Julho/2025



Universidade de Brasília
Instituto de Ciência Política

**O desempenho eleitoral de Marina Silva no Distrito Federal nas eleições
presidenciais de 2010 e 2014**

Vinícius Gomes de Oliveira

Monografia apresentada ao Curso de
Ciência Política, do Instituto de Ciência
Política, Universidade de Brasília, como
requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Ciência Política sob a
orientação do professor Arnaldo Mauerberg
Junior

Brasília - DF

RESUMO

Entre 1994 e 2014, o cenário eleitoral para a Presidência da República do Brasil foi marcado pela polarização entre PT e PSDB. Esta pesquisa se debruça sobre o estudo da terceira via, entendida como uma força política que busca romper esse duopólio, analisando o caso específico de sucesso de Marina Silva no Distrito Federal, onde tanto a candidata quanto a terceira via obtiveram resultados surpreendentes. O estudo correlaciona características das regiões do DF, como religião e escolaridade, com os votos de Marina nas eleições de 2010 e 2014, além de investigar se esses fatores são suficientes para explicar seu desempenho acima da média.

Palavras-chave: Terceira-via; Marina Silva; Distrito Federal.

ABSTRACT

Between 1994 and 2014, the electoral scenario for the Presidency of Brazil was marked by polarization between the PT and PSDB parties. This research focuses on the study of the third way, understood as a political force that seeks to break this duopoly, analyzing the specific case of Marina Silva's success in the Federal District, where both the candidate and the third way achieved surprising results. The study correlates characteristics of regions within the Federal District, such as religion and education level, with Marina's votes in the 2010 and 2014 elections, as well as investigates whether these factors are sufficient to explain her above-average performance.

Keywords: Third way; Marina Silva; Federal District.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. REVISÃO DE LITERATURA.....	8
2.1 Terceira via e a polarização PT e PSDB.....	8
2.2 Eleições 2010 e 2014: o voto religioso e escolarizado.....	12
2.3. Hipóteses.....	15
3. METODOLOGIA.....	16
3.1. Características da Pesquisa.....	16
3.2. Regressão Linear Bivariada.....	17
3.3. Descrição dos dados, variáveis e fontes.....	19
4. ANÁLISE DE DADOS.....	21
4.1. O voto evangélico.....	23
4.2. Escolaridade.....	24
4.3. Discussão dos resultados.....	26
5. CONCLUSÃO.....	28
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	30

1. INTRODUÇÃO

Durante duas décadas da Nova República, as eleições presidenciais brasileiras foram marcadas por um padrão de polarização entre dois partidos: o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Essa dinâmica reflete a lógica apresentada por Duverger (1970, p. 250), segundo a qual “as opções políticas se apresentam de forma dualista”. O sistema eleitoral brasileiro, baseado em dois turnos, induz os candidatos, no primeiro turno, a buscarem estar entre as duas primeiras colocações, definidoras das forças políticas com chances reais de vitória. Um exemplo paradigmático é o desempenho de Lula (PT) em 1989, quando superou Brizola (PDT) e chegou ao segundo turno, consolidando o protagonismo do partido nas eleições seguintes. Em 1994, o desempenho de Lula novamente superou o de Brizola, num processo de reforço cumulativo (Melo e Câmara, 2012, p. 82).

Outro fator estrutural desse sistema é o chamado “voto útil”, associado ao fator psicológico identificado por Duverger, segundo o qual os eleitores tendem a migrar seus votos para o candidato com maiores chances de vitória entre os dois mais competitivos, reduzindo o desempenho das chamadas terceiras vias (Duverger, 1970, p. 261). Esse fenômeno contribuiu para que, entre 1994 e 2014, nenhuma força política alternativa conseguisse romper a polarização PT-PSDB no segundo turno presidencial. Ainda assim, em algumas unidades da federação, observam-se desempenhos consistentes acima da média nacional por parte de candidatos da terceira via, com destaque especial para o Distrito Federal (DF). Em todas as seis eleições presidenciais nesse período (1994–2014), o DF apresentou resultados superiores à média nacional para essas candidaturas.

A candidatura de Marina Silva é especialmente expressiva nesse contexto. Em 2010, disputando pelo Partido Verde (PV), Marina obteve 41,96% dos votos válidos no Distrito Federal, superando os candidatos do PT e do PSDB — feito inédito e exclusivo entre todas as unidades da federação. Em 2014, já como candidata do PSB, ela manteve um desempenho expressivo no DF, alcançando 35,81% dos votos válidos, ficando em segundo lugar, atrás de Aécio Neves (PSDB), com uma diferença de apenas 4.541 votos. Nacionalmente, Marina Silva também se destacou como a candidata da terceira via com os melhores desempenhos

percentuais, com 19,33% dos votos em 2010 e 21,32% em 2014. Diversos estudos sobre comportamento eleitoral apontam correlações entre o desempenho de Marina e variáveis como religião e escolaridade. **O voto evangélico e escolarizado é capaz de explicar o desempenho de Marina no DF em 2010 e 2014?**

Diante disso, a presente monografia tem como objetivo geral identificar as características que podem explicar a votação de Marina Silva no Distrito Federal nas eleições presidenciais de 2010 e 2014.

A relevância deste estudo se justifica pela necessidade de compreensão de fenômenos eleitorais que escapam ao padrão nacional de polarização. Embora outros candidatos tenham obtido votações relevantes em algumas edições eleitorais, como Garotinho (PSB) em 2002, que ficou a apenas 5,33% do segundo colocado, nenhum outro candidato da terceira via superou os percentuais de Marina Silva. Quando comparado o desempenho da terceira força entre as unidades federativas, estados como Acre, Rio de Janeiro, Amapá e Amazonas se destacam, mas apenas o Distrito Federal apresentou votações acima da média nacional em todas as seis eleições analisadas. Ainda assim, há uma lacuna na literatura acadêmica dedicada a entender os motivos desse comportamento eleitoral peculiar no DF, especialmente em relação à candidatura de Marina Silva. Preencher essa lacuna contribui não apenas para os estudos sobre comportamento eleitoral, mas também para o entendimento das possibilidades de rompimento com a lógica bipolar do sistema político-eleitoral brasileiro.

Para melhor compreensão desse fenômeno, é importante observar o contexto político e eleitoral em que Marina Silva se inseriu. A candidata construiu sua trajetória política inicialmente no Acre, elegendo-se vereadora em 1986 pelo PT, legenda da qual fez parte até 2008. Foi também deputada estadual, senadora e ministra do Meio Ambiente no governo Lula (2003–2008). Em 2009, filiou-se ao PV, pelo qual concorreu à presidência em 2010, buscando se colocar como alternativa tanto à candidata de continuidade, Dilma Rousseff (PT), quanto ao tradicional opositor José Serra (PSDB). Em 2014, Marina ingressou na disputa presidencial como vice na chapa de Eduardo Campos (PSB), assumindo a cabeça de chapa após a morte trágica do titular, num cenário marcado pelo desgaste do governo Dilma após as Jornadas de Junho de 2013 e a ascensão de Aécio Neves (PSDB) como principal candidato da oposição.

O Distrito Federal, por sua vez, apresenta um perfil eleitoral singular. Considerado um “estado pêndulo”, suas escolhas no primeiro turno variaram significativamente em relação à tendência nacional. Em 1989 e 1994, Lula liderou a votação no DF, ao contrário do resultado nacional. Em 1998, FHC venceu com folga. Em 2002, Garotinho (PSB) ficou em segundo lugar, e em 2006, Alckmin (PSDB) liderou no primeiro turno. Essa instabilidade e a abertura para candidaturas alternativas sugerem um eleitorado menos fidelizado às forças tradicionais da polarização, o que pode ter favorecido Marina Silva nas disputas de 2010 e 2014.

Assim, compreender os fatores que explicam a votação de Marina Silva no Distrito Federal contribui para o debate sobre a viabilidade de candidaturas alternativas no Brasil, além de iluminar aspectos do comportamento eleitoral local que desafiam o padrão hegemônico da política nacional.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Após a eleição de 1989, a disputa pela Presidência da República no Brasil consolidou-se por 20 anos (em seis eleições) como um confronto entre o PT e o PSDB. Essa polarização tornou-se foco de pesquisadores de comportamento eleitoral, que buscaram entender por que os terceiros partidos não conseguiram romper esse duopólio e quais variáveis explicam o padrão de voto dos eleitores. No entanto, essas análises frequentemente se concentraram no cenário nacional, negligenciando estudos de casos regionais que poderiam oferecer insights valiosos sobre essas dinâmicas eleitorais.

2.1 Terceira via e a polarização PT e PSDB

O conceito de terceira via não é único. Giddens (2007) define o termo como uma nova abordagem entre o neoliberalismo e o socialismo, referindo-se a partidos de esquerda que se adaptaram à globalização ao adotar princípios de mercado, representando uma renovação da social-democracia. No entanto, o sentido empregado nesta monografia é diferente: aqui, terceira via será utilizada como sinônimo de terceiro partido, referindo-se a uma força política que busca romper a polarização existente.

A literatura americana sobre terceiros partidos é extensa, devido ao bipartidarismo tradicional que prevalece há séculos no país, apesar da existência de outros partidos. No entanto, barreiras institucionais e não institucionais transformam os Estados Unidos em um sistema bipartidário (Rodrigues, 2010, p. 41).

A produção intelectual na área classifica os terceiros partidos em três tipos: (1) partidos doutrinários de existência contínua, que buscam reafirmar sua ideologia junto a seus ativistas em vez de alcançar vitórias eleitorais (V. O. Key, 1994, p. 281, apud Rodrigues, 2010, p. 42); (2) partidos de curta duração, divididos entre os que surgem por protesto econômico e os que resultam de cisões internas nos principais partidos; e (3) partidos não nacionais, com relevância apenas regional. A literatura brasileira sobre candidaturas de terceira via ressalta que esses partidos geralmente têm bom desempenho apenas na base eleitoral do candidato. Além disso, Rodrigues (2010) apresenta a teoria de Hazlett II (1992), que identifica um novo tipo de terceiro partido: aqueles criados em torno de candidatos célebres.

Duverger propõe dois efeitos que explicam o insucesso de um terceiro partido: o efeito mecânico, que leva políticos a se filiarem a partidos com reais chances de vitória, e o efeito psicológico, que estimula os eleitores a optarem por suas segundas opções, menos rejeitadas (Riker, 1982, apud Rodrigues, 2010, p. 44). Outros autores também contribuíram: a percepção de que o terceiro partido não tem chances se torna uma profecia autorrealizável, reforçada pelo discurso dos grandes partidos que desqualificam seus adversários menores (Rodrigues, 2010, p. 47). Assim, terceiros partidos só têm chances reais quando os candidatos tradicionais não são viáveis para uma parcela relevante do eleitorado (Rodrigues, 2010, p. 49). Essa dinâmica se confirmou no Brasil com o surgimento do bolsonarismo.

Nos EUA, os partidos Democrata e Republicano impuseram procedimentos e burocracias que dificultam o avanço de partidos menores (Behr e Lazarus, apud Rodrigues, 2010, p. 45). Além disso, a cobertura jornalística é desproporcional, favorecendo os grandes partidos (Rodrigues, 2010, p. 46).

Outra tese presente na literatura é a de que o cinismo político poderia levar ao voto em terceiros partidos. Koch (2003), no entanto, argumenta que a relação pode ser inversa: eleitores que não têm laços fortes com partidos hegemônicos tendem a adotar os discursos dos terceiros partidos e, assim, desenvolver

desconfiança em relação ao establishment (Koch, 2003, p. 60). Em outras palavras, os terceiros partidos têm também a capacidade de formar e estimular as posições políticas de seus apoiadores (Koch, 2003, p. 61).

No Brasil, a eleição de 1989 foi atípica: tratava-se de uma eleição "solteira", na qual apenas o cargo de presidente estava em disputa. Com isso, os partidos tiveram incentivo para testar sua força eleitoral após a redemocratização, o que resultou em 21 candidaturas (Limongi & Guarnieri, 2014, p. 8). Posteriormente, Limongi e Guarnieri (2014) relacionam a disputa PT versus PSDB à lei de Duverger. Em eleições majoritárias, a tendência ao bipartidarismo se confirma, pois o voto tende a convergir para candidatos mais viáveis, levando partidos a formar coalizões estratégicas.

A literatura brasileira sobre a polarização entre PT e PSDB destaca que a polarização é definida como divergência ideológica que leva à concentração do eleitorado em dois polos, estimulando a diferenciação dos grupos (Hill e Tausanovitch, 2015, apud Borges e Vidigal). Entre 1994 e 2014, PT e PSDB concentraram ao menos dois terços dos votos para presidente em todas as eleições (Cervi, 2014, apud Souza e Martins, 2015).

O voto personalista para o Executivo também é apontado como relevante: o desempenho dos candidatos pesa mais que o partido (Borges e Vidigal, 2018, p. 72). Exceto em 2006, houve crescimento progressivo dos candidatos de terceira via, de Enéas (7,18% em 1998) a Marina Silva (21,32% em 2014). Em 2010, PT e PSDB perderam votos para Marina, especialmente os tucanos, por o PV representar uma opção mais palatável que o PSOL (Limongi & Guarnieri, 2014, p. 19-20).

Borges e Vidigal (2018) investigaram os eleitores que não se identificam com os polos da polarização e criaram a categoria dos "antipetistas independentes": aqueles que atribuem nota baixa ao PT (máximo 3 em escala de 0 a 10), mas que também não simpatizam com o PSDB. Esses eleitores, em 2010, tinham menor propensão de votar na candidata petista, mas também não preferiam o PSDB, optando por alternativas fora da polarização (Borges e Vidigal, 2018, p. 76). O estudo indica ainda que a força de PT e PSDB na presidência se deve mais à sua habilidade de coordenar alianças do que a um enraizamento social (Borges e Vidigal, 2018, p. 80). Borges (2015) corrobora essa leitura ao apontar que os partidos podem concentrar esforços na campanha presidencial ou elaborar

estratégias regionais distintas para aumentar sua base eleitoral (Borges, 2015, p. 653).

Melo (2015) destaca quatro fatores que explicam a hegemonia de PT e PSDB: manutenção de plataformas políticas consistentes, candidatos competitivos, apoios locais e estratégia de articulação entre eleições estaduais e nacional.

O custo de uma candidatura presidencial no Brasil é alto, pois exige alianças estaduais amplas. Por isso, muitos partidos preferem integrar coligações lideradas por PT ou PSDB em troca de apoio local (Limongi, 2010, p. 36). Guarnieri (2015) mostra que, entre 1990 e 2014, 54% dos candidatos a governador com mais de 10% dos votos pertenciam a apenas três partidos: PT, PSDB e PMDB (Guarnieri, 2015, p. 86).

Analisando as eleições estaduais de 1990 a 2010, observa-se que os dois candidatos mais votados somaram, em média, mais de 80% dos votos, deixando pouco espaço para terceiros partidos (Limongi, 2010, p. 30). O monopólio das candidaturas reduz a concorrência e fortalece os partidos dominantes, sobretudo por meio da coordenação pré-eleitoral, uma ação das elites partidárias para antecipar o voto estratégico (Guarnieri, 2015, p. 89).

Nicolau (2017, p. 84) sistematiza a polarização entre 1994 e 2014 apontando quatro elementos fundamentais: a consolidação do PT como partido central, a alta fragmentação partidária, a disputa presidencial polarizada por duas legendas e a dependência de financiamento privado nas campanhas. O PT foi segundo colocado em quatro eleições e venceu as outras quatro, tornando-se o partido preferido de metade dos eleitores com alguma identificação partidária (Nicolau, 2017, p. 87). Apenas PT e PSDB apresentaram candidaturas em todas as eleições presidenciais do período, mesmo existindo outros partidos com estrutura nacional que preferiram alianças (Nicolau, 2017, p. 95). Organizar uma candidatura competitiva requer estrutura e apoio nos estados, o que limita a atuação dos terceiros partidos (Nicolau, 2017, p. 96). Tanto PT quanto PSDB usaram o controle do governo federal para fortalecer suas bases municipais (Nicolau, 2017, p. 97).

Em 2002, foi a única vez em que os candidatos de partidos fora da polarização (Garotinho e Ciro Gomes) ultrapassaram 25% dos votos (Nicolau, 2017, p. 94).

Durante todo o período, a identificação partidária não ultrapassou um terço do eleitorado (Limongi, 2010, p. 23). O PT teve papel central nesse cenário, com média de 20% de identificação. No entanto, os escândalos de corrupção e a moderação ideológica durante os governos Lula levaram à perda de apoio entre eleitores mais escolarizados (Braga e Pimentel Jr, 2011, p. 272, apud Veiga, 2007; Samuels e Zucco, 2010). Surge, então, a questão: para onde migrou esse eleitorado mais escolarizado que anteriormente se identificava com o PT?

Há um eleitorado flutuante que poderia favorecer candidaturas de terceira via. Contudo, essas enfrentam dificuldade para ir além de seus estados de origem (Limongi, 2010, p. 29) e, antes de Marina Silva, não sobreviviam a mais de uma eleição (Limongi & Guarnieri, 2014, p. 6).

Marina buscava atrair eleitores insatisfeitos com a polarização — antipetistas ou antipartidários. Paiva, Krause e Lameirão (2017), com base nos dados do ESEB 2014, diferenciam os antipetistas (nota 0 apenas ao PT) de antipartidários (nota 0 a vários partidos). Os antipetistas são, majoritariamente, brancos (52%), mais escolarizados (58,2% com ao menos ensino médio), concentrados no Sudeste e com renda acima da média (Paiva, Krause & Lameirão, 2017, p. 653).

Speck e Balbachevsky (2017), também com base no ESEB 2014, mostram que a identificação partidária é menos efetiva entre evangélicos, o que pode explicar o voto desses eleitores em Marina mesmo quando tinham simpatia por PT ou PSDB (Speck e Balbachevsky, 2017, p. 583). Entre os petistas, quanto maior o grau de instrução e renda, menor a fidelidade partidária (p. 590). Marina, assim, foi alternativa a ex-eleitores do PT com maior escolaridade. Entre eleitores sem preferência partidária clara — maioria da amostra —, as avaliações dos candidatos eram equilibradas, indicando menor impacto da polarização (p. 595).

2.2 Eleições 2010 e 2014: o voto religioso e escolarizado

Os estudos de comportamento eleitoral buscam identificar quais variáveis predominam na explicação do voto. A teoria sociológica argumenta que a estrutura social influencia os objetivos e interesses políticos dos indivíduos. Assim, os resultados eleitorais são explicados a partir de variáveis regionais, demográficas e socioeconômicas, considerando que o ambiente social compartilha interesses comuns, tornando os grupos sociais unidades analíticas centrais. Contudo, em

contextos onde os partidos não canalizam bem essas clivagens sociais, a volatilidade eleitoral tende a aumentar (Dolandeli e Capra, 2019, pp. 49–50).

Por outro lado, a abordagem racionalista não vê o ambiente social como determinante do voto. Nessa perspectiva, os indivíduos agem estrategicamente para maximizar benefícios, organizando preferências com base em expectativas de retorno (Dolandeli e Capra, 2019, p. 53). Essa lógica, influenciada por Anthony Downs, sugere que o eleitor realiza um cálculo econômico e utiliza os partidos como atalhos informacionais para reduzir os custos da decisão. Assim, os partidos tendem a adotar posturas pragmáticas ao buscar votos e ocupar o governo (Dolandeli e Capra, 2019, p. 54).

Esse cenário é ilustrativo das eleições de 2010 e 2014: de um lado, o PT, após dois mandatos, moderou seu discurso histórico; de outro, o PSDB buscava, em 2010, reduzir sua imagem de oposição às políticas populares do governo Lula. Nesse contexto de consolidação partidária, Marina Silva surge como expressão da insatisfação com a polarização, especialmente em 2014, quando chegou a ultrapassar o PSDB nas pesquisas de intenção de voto (Arquer e Tanaka, 2014, p. 2).

Marina teve trajetória política vinculada ao PT: vereadora, deputada estadual, senadora e Ministra do Meio Ambiente entre 2003 e 2008. Sua saída do ministério explicitou divergências com o governo e permitiu sua candidatura em 2010 como alternativa ao partido (Arquer e Tanaka, 2014, p. 2).

Na eleição de 2010, sem Lula como candidato, a campanha petista apostou na associação entre Dilma e o presidente popular. Já José Serra, do PSDB, tentava descolar Dilma do sucesso do governo (Arquer e Tanaka, 2014, pp. 4–5).

Nicolau (2014), com base no ESEB 2010, testou variáveis como religião, escolaridade, sexo e idade. Apenas religião e escolaridade apresentaram significância estatística. Quanto maior a escolaridade, menor a chance de voto em Dilma e maior a de Marina; o mesmo padrão se repetiu entre os evangélicos (Nicolau, 2014, pp. 318–320). Resultados similares foram encontrados por Peixoto e Rennó (2011).

Arquer e Tanaka (2014) reforçam que preferências partidárias influenciam o voto: quem prefere o PT tem mais chance de votar em Marina que em Serra, e vice-versa. Marina também atraiu eleitores que avaliavam positivamente a situação

econômica, contrastando com o PSDB, cuja imagem se consolidou como antipetista (Arquer e Tanaka, 2014, p. 16). A escolaridade e a religião foram, novamente, variáveis relevantes.

Rennó e Ames (2014), também com dados do ESEB, estudaram a ambivalência eleitoral em democracias com baixa fidelidade partidária, como a brasileira. Eleitores ambivalentes demonstram simpatia e rejeição simultânea por candidatos e são mais suscetíveis a mudanças (Rennó e Ames, 2014, p. 8). Na reta final do primeiro turno, 41% dos eleitores alteraram sua intenção de voto. Evangélicos que assistiam a programas religiosos migraram de Dilma para Serra e Marina. Já eleitores mais escolarizados e sofisticados politicamente preferiram Marina e Serra (Rennó e Ames, 2014, p. 18). A escolaridade ajudou a cristalizar o voto em Marina, especialmente entre ex-eleitores de Dilma (p. 22).

Com dados da pesquisa Ibope/CBL 2010, Cavenaghi (2012) identificou que Marina teve melhor desempenho entre eleitores do Sul e Centro-Oeste, com curso superior e maior poder de consumo. A religiosidade também foi determinante: quanto mais importância o eleitor dava à religião, maior a chance de votar em Marina (Cavenaghi, 2012, pp. 103–130).

Bohn (2007), ao analisar os votos evangélicos em 2002 e 2006, afirma que candidaturas percebidas como evangélicas atraem votos desse segmento. Garotinho, em 2002, obteve o voto maciço dos evangélicos. Já em 2006, sem candidatos desse perfil, a dispersão foi maior. O grupo evangélico também apresentava os menores índices de satisfação com a democracia (Bohn, 2007, pp. 368–378).

A pauta religiosa teve impacto em 2010. Dilma, antes da campanha, defendeu a descriminalização do aborto como questão de saúde pública (Machado, 2012, p. 28). No último mês de campanha, perdeu apoio entre os evangélicos, enquanto Serra e Marina cresceram. Marina, evangélica da Assembleia de Deus, era conservadora em pautas como aborto e casamento homoafetivo, mas sua campanha enfatizava o ambientalismo. Seu crescimento entre evangélicos foi impulsionado não por líderes religiosos — que apoiavam Dilma e Serra —, mas pela reação à posição do PT sobre o aborto (Machado, 2012, pp. 31–38).

Em 2014, o cenário se repetiu. Dilma buscava a reeleição, Aécio Neves era o nome do PSDB, e Marina, vice na chapa de Eduardo Campos (PSB), assumiu a candidatura após sua morte. Foi uma eleição marcada pelas Jornadas de Junho, aumento do eleitorado jovem conectado e crise econômica (Gurão e Tonus, 2017, p. 140). Marina cresceu rapidamente nas pesquisas, com provável transferência de votos de Aécio e do eleitorado indeciso (p. 142). Sua postagem mais curtida no Facebook foi a de condolências a Campos (p. 143).

Durante a campanha, Marina enfrentou tensões no PSB e críticas de lideranças evangélicas. Apesar de pessoalmente não ser conservadora, sua campanha sofreu desgaste após a exclusão de propostas a favor da união homoafetiva em resposta à pressão do pastor Silas Malafaia. Isso causou evasão de eleitores conservadores que migraram para Aécio (Gurão e Tonus, 2017, pp. 147–148).

Amaral e Ribeiro (2015), com base no ESEB 2014, confirmaram que Marina recebeu mais votos de eleitores que não haviam votado em Dilma em 2010, bem como daqueles que preferiam partidos fora da polarização. Ser evangélico triplicava a chance de votar em Marina em vez de Dilma, e maior escolaridade também favorecia a candidata (p. 118). Avaliação negativa do governo Dilma e identificação com o PSDB também aumentavam as chances de voto em Marina, revelando sobreposição de eleitorados com Aécio (p. 119).

Arquer e Tanaka (2014) concluem que, entre os eleitores insatisfeitos com os partidos políticos, Marina teve vantagem sobre Aécio, validando sua imagem de terceira via (p. 19).

2.3. Hipóteses

A literatura apresentada demonstra que em um cenário de polarização que se mantém ao longo de eleições seguidas (seja nos Estados Unidos ou no Brasil), há dificuldades para a vitória de terceiros partidos, por conta de barreiras institucionais e a percepção de que votar nesses candidatos seria desperdiçar o voto. Isso se reflete também no Brasil, onde a terceira via teve dificuldades de crescer nacionalmente, sendo mais forte apenas em bases regionais e dependendo da rejeição aos partidos dominantes para se destacar.

A polarização entre PT e PSDB dominou o cenário político brasileiro entre 1994 e 2014, com ambos os partidos acumulando a maior parte dos votos presidenciais. A hegemonia de PT e PSDB se deve mais à sua capacidade de coordenar alianças políticas e estratégias eleitorais do que a uma forte identificação partidária entre os eleitores.

Tendo em vista a literatura abordada, percebe-se a importância de identificar os fatores que favoreceram a manutenção da polarização, bem como aqueles que poderiam ter favorecido uma candidatura de terceira via. Destaca-se que em 2014, a maioria dos estados obedeceu a lógica do voto estratégico, pois em geral, nos estados em que a candidatura antipetista foi maioria, logo em segundo lugar estava Dilma, indicando que os eleitores antipetistas concentraram seu voto em um dos candidatos. A exceção foi o estado do Acre, em que Marina ficou em primeiro lugar e o Aécio na segundo, e no DF, em que Aécio e Marina tiveram apenas uma diferença de 0,29% dos votos válidos. Observando o padrão de apoio acima da média para a terceira via no Distrito Federal, a votação excepcional de Marina Silva no DF em 2010 e a manutenção de um patamar alto em 2014, é necessário investigar se as mesmas variáveis apontadas pela literatura são suficientes para explicar esse fenômeno na unidade da federação. Diante disso, essa pesquisa testará as seguintes hipóteses:

(H1) A votação de Marina Silva é maior entre a população evangélica quando comparada à população católica.

(H2) A votação de Marina Silva cresce conforme os níveis de escolaridade vão avançando.

3. METODOLOGIA

3.1. Características da Pesquisa

A presente monografia configura-se como uma pesquisa explicativa, uma vez que seu objetivo não é apenas apresentar um fenômeno novo ou descrever suas características, mas sim compreender os fatores que explicam determinado

resultado eleitoral. O fenômeno em estudo é o desempenho de candidaturas de terceira via e suas associações com o comportamento eleitoral, com foco específico no caso de Marina Silva no Distrito Federal, nas eleições presidenciais de 2010 e 2014. Trata-se, portanto, de um estudo de caso que busca explicar as causas por trás do desempenho expressivo da candidata em um contexto considerado atípico.

Quanto à abordagem epistemológica, a pesquisa se aproxima de uma perspectiva construtivista, ao se concentrar em um estudo aprofundado, delimitado ao contexto específico do Distrito Federal e a apenas duas eleições. Embora incorpore dados quantitativos e análise correlações e padrões entre variáveis sociais e eleitorais, o foco principal está no aprofundamento contextual, e não na formulação de generalizações sobre o comportamento eleitoral do eleitorado evangélico ou da terceira via no Brasil como um todo.

Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa quantitativa, baseada em dados eleitorais do primeiro turno das eleições de 2010 e 2014, obtidos por meio do portal de dados abertos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Foram utilizadas as 672 zonas eleitorais do Distrito Federal em 2010 e as 599 zonas de 2014. Os dados sociodemográficos foram extraídos das Pesquisas Distritais por Amostra de Domicílios (PDAD) dos anos de 2011 e 2015, correspondentes às eleições analisadas. Para que fosse possível classificar cada seção eleitoral em regiões administrativas foram utilizados os dados de endereço fornecidos no mesmo banco de dados do TSE, com auxílio da ferramenta *Google Maps*.

A partir de análises estatísticas, pretende-se verificar a existência de correlações entre o perfil do eleitorado e características sociodemográficas destacadas pela literatura, como religião e escolaridade. Adicionalmente, com o uso de regressões lineares bivariadas, busca-se avaliar o grau de influência de tais fatores sobre o voto em Marina Silva, possibilitando uma estimativa do quanto essas variáveis ajudam a explicar o seu desempenho eleitoral no Distrito Federal.

3.2. Regressão Linear Bivariada

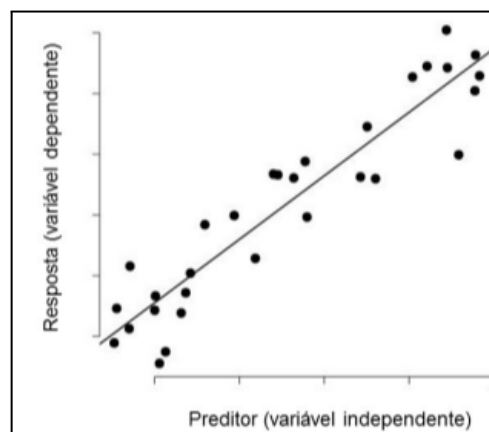
A ideia de utilizar a regressão parte da compreensão de que a correlação de Pearson, por si só, não é suficiente para indicar uma relação de causa e efeito entre duas ou mais variáveis. Enquanto a correlação mede apenas a força e a direção da

associação linear entre variáveis, a análise de regressão permite estimar e prever o comportamento de uma variável dependente (neste caso, o voto em Marina Silva) com base em uma ou mais variáveis independentes (religião e escolaridade, neste estudo).

Na regressão linear, busca-se estimar o comportamento da variável dependente em função das variáveis independentes (também chamadas de preditoras), por meio de uma equação linear representada por $Y_i = \beta_0 + \beta_1 X_i + \epsilon_i$ (MOREIRA, 2020, p. 202). Assim, este trabalho busca compreender em que medida a variação na proporção de eleitores evangélicos e no grau de escolaridade impacta o número de votos obtidos por Marina Silva nas eleições analisadas. Logo, aqui nosso Y representa a votação de Marina Silva e como ela varia de acordo com X que pode ser tanto a população evangélica quanto o grau de escolaridade.

Moreira (2020) afirma que em um modelo clássico de regressão linear temos:

No eixo Y da representação gráfica, temos a variável dependente (desfecho) que estamos tentando descobrir e, no eixo X da representação gráfica, as variáveis independentes (preditoras) que exercem influência sobre a variável dependente. A variável Y deve ter distribuição normal ou aproximadamente normal. Os Parâmetros de distribuição β_0 e β_1 são denominados de coeficientes da regressão: β_0 é o intercepto em Y da equação de regressão (é o valor de Y quando X é igual a 0) e β_1 refere-se à inclinação da reta de regressão (indica a mudança na média de Y quando X é acrescido de uma unidade). O erro (ϵ) representa as influências não controladas, ou seja, influências que a variável dependente possui além da exercida pelas variáveis no modelo. Conforme mencionado, o modelo para essa relação entre as variáveis é linear, sendo representado pela equação: $Y_i = \beta_0 + \beta_1 X_i + \epsilon_i$



No caso desse estudo, cada regressão foi realizada de forma bivariada, isto é, com apenas uma variável independente por vez, a fim de identificar relações diretas entre características sociais e o desempenho eleitoral da candidata.

3.3. Descrição dos dados, variáveis e fontes

A análise empírica desta monografia baseia-se em dados agregados por zona eleitoral do Distrito Federal, contemplando as eleições presidenciais de 2010 e 2014 (primeiro turno). Os dados foram organizados a partir de duas fontes principais:

- Dados eleitorais: obtidos no portal de Dados Abertos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), contemplando o número de votos absolutos para Marina Silva em cada zona eleitoral;
- Dados sociodemográficos: extraídos das Pesquisas Distritais por Amostra de Domicílios (PDAD), realizadas pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN), referentes aos anos de 2011 (para 2010) e 2015 (para 2014).

As variáveis selecionadas estão relacionadas às duas hipóteses centrais da pesquisa: o peso do voto evangélico e da escolaridade no desempenho eleitoral de Marina Silva no Distrito Federal. A Tabela 1 apresenta um panorama geral de 2010 e 2014 no DF:

Indicador	2010	2014
Votos em Marina Silva (1º turno)	611.132	565.279
Total de zonas eleitorais	672	599
População estimada do DF	2.556.149	2.906.574
% Católicos	61,82%	58,51%
% Evangélicos Pentecostais	10,02%	8,74%
% Evangélicos Tradicionais	17,91%	20,17%
% Ensino Fundamental Incompleto	29,33%	29,08%
% Ensino Fundamental Completo	5,56%	3,95%
% Ensino Médio Incompleto	9,12%	7,11%

% Ensino Médio Completo	20,16%	21,57%
% Ensino Superior Incompleto	7,33%	7,63%
% Ensino Superior Completo	15,87%	18,74%

A Tabela 2 apresenta uma síntese das principais variáveis utilizadas, com suas respectivas descrições e estatísticas descritivas. Nela foram utilizados os dados das duas eleições (2010 e 2014) e das regiões administrativas.

Variável	Tipo	Descrição	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Votos em Marina Silva*	Quantitativa	Número absoluto de votos na zona eleitoral	19.611	22.508	0	100.144
% Evangélicos Tradicionais	Percentual (%)	Proporção de evangélicos tradicionais na população da zona eleitoral	18,9%	6,1%	6,6%	31,5%
% Evangélicos Pentecostais	Percentual (%)	Proporção de evangélicos pentecostais na zona	8,5%	4,3%	0,6%	19,3%
% Católicos	Percentual (%)	Proporção de católicos na população	60,1%	5,7%	42,8%	73,6%
% Ensino Fundamental Incompleto	Percentual (%)	Proporção da população com ensino fundamental incompleto	27,8%	12,5%	5,6%	52,3%
% Ensino Fundamental Completo	Percentual (%)	Proporção da população com ensino fundamental completo	4,2%	2,0%	0,5%	8,9%
% Ensino Médio Incompleto	Percentual (%)	Proporção da população com ensino médio incompleto	7,7%	2,8%	1,8%	12,3%
% Ensino Médio	Percentual (%)	Proporção da população com	20%	5,6%	8,2%	28,7%

Completo		ensino médio completo				
% Ensino Superior Incompleto	Percentual (%)	Proporção da população com ensino superior incompleto	7,8%	2,9%	1,3%	12,9%
% Ensino Superior Completo	Percentual (%)	Proporção da população com ensino superior completo	21,0%	19,9%	0,5%	68,6%

A tabela mostra uma grande variação na quantidade de votos recebidos por Marina Silva nas diferentes zonas eleitorais do DF, assim como nas proporções de grupos religiosos e níveis de escolaridade. Essa diversidade reforça a necessidade da análise estatística para investigar quais fatores estão mais associados ao desempenho da candidata nas eleições de 2010 e 2014.

4. ANÁLISE DE DADOS

Neste estudo foram utilizados os mesmos dados de forma distinta. Há a base micro composta por cada local de votação nas duas eleições, ou seja, se tratam de 1271 observações. Com os locais de votação foi possível agregá-los nas respectivas regiões administrativas, no total 30, e com as duas eleições trata-se de 60 observações.

Apresentamos inicialmente as matrizes de correlação para cada base:

Base Micro - Locais de Votação

	votos	evang e_trad	evang e_pent	catolic o	fund incom	fund compl	médio incom	médio compl	super_incom	super compl
votos	1,000									
evang e_trad	0,160	1,000								
evang e_pent	0,144	0,956	1,000							
catolic o	0,128	0,933	0,927	1,000						
fund incom	0,120	0,968	0,959	0,891	1,000					

fund compl	0,158	0,932	0,962	0,909	0,957	1,000				
médio incom	0,131	0,946	0,948	0,915	0,979	0,981	1,000			
médio compl	0,165	0,974	0,956	0,965	0,926	0,927	0,920	1,000		
super_ incom	0,136	0,677	0,658	0,863	0,556	0,623	0,612	0,783	1,000	
super compl	-0,039	-0,013	-0,022	0,281	-0,160	-0,098	-0,093	0,104	0,656	1,000

Base agregada - Regiões Administrativas

	votos	evang e_trad	evang e_pent	catolic o	fund incom	fund compl	médio incom	médio compl	superi or incom	superi or compl
votos	1,000									
evang e_trad	0,832	1,000								
evang e_pent	0,796	0,913	1,000							
catolic o	0,927	0,938	0,914	1,000						
fund incom	0,785	0,967	0,940	0,908	1,000					
fund compl	0,854	0,929	0,951	0,925	0,952	1,000				
médio incom	0,844	0,952	0,938	0,935	0,980	0,976	1,000			
médio compl	0,900	0,969	0,928	0,975	0,930	0,935	0,937	1,000		
superi or incom	0,883	0,764	0,736	0,908	0,672	0,728	0,729	0,865	1,000	
superi or compl	0,468	0,211	0,180	0,456	0,072	0,134	0,143	0,325	0,711	1,000

Com base nas matrizes de correlação, é possível extrair algumas informações relevantes. Em ambas, observa-se um padrão consistente no que se refere à escolaridade: entre os níveis incompletos (fundamental, médio e superior incompletos), há um crescimento progressivo nos coeficientes de correlação, o que está em consonância com as hipóteses iniciais, sugerindo uma relação positiva entre maior grau de instrução e o voto em Marina Silva. No entanto, entre os níveis completos, o padrão se altera: o ensino médio completo apresenta correlações mais altas do que o fundamental completo, mas também superiores ao grupo com ensino superior completo, revelando uma inflexão nesse comportamento.

No que diz respeito à variável religiosa, a comparação entre os grupos na base micro corroboram com as hipóteses iniciais, já que os evangélicos, tanto pentecostais quanto tradicionais, apresentam correlações superiores às observadas entre os católicos. Por outro lado, na base agregada, organizada por Regiões Administrativas, verifica-se o fenômeno oposto: os católicos apresentam a maior correlação com a votação de Marina Silva.

A seguir acompanhe os resultados das regressões lineares para cada uma das hipóteses com as duas bases.

4.1. O voto evangélico

A hipótese 1 é de que “A votação de Marina Silva é maior entre a população evangélica quando comparada à religião católica”.

Na base micro obtivemos os seguintes resultados:

Base Micro - 1271 observações

Variável	Coeficientes	Erro padrão	valor-P
evange. pentecostais	0,00529066	0,0010184	2,382E-07***
evange. tradicionais	0,00368615	0,00064018	1,0668E-08***
catolico	0,00111308	0,00024283	5,018E-06***

*** $p < 0,01$; ** $p < 0,05$; * $p < 0,10$

Na base macro obtivemos os seguintes resultados:

Base agregada - 60 observações

Variável	Coeficientes	Erro padrão	valor-P
evange. pentecostais	0,968261302	0,084688305	1,72E-16***
evange. tradicionais	1,574462096	0,157445164	3,1E-14***
catolico	0,381347852	0,020232166	2,08E-26***

*** p < 0,01; ** p < 0,05; * p < 0,10

Em todos os segmentos e nas duas bases os resultados foram significativos com $p < 0,01$. Além disso, corroboram com a literatura e com a hipótese, pois apresentam uma associação maior entre regiões com maior presença evangélica e o voto em Marina Silva se comparado ao segmento católico.

Os resultados da base agregada apontam que um ponto percentual de católicos aumenta em 0,38% a votação em Marina, mas um ponto entre os evangélicos tradicionais está relacionado a um aumento de 1,57%, ou seja, 4 vezes mais.

4.2. Escolaridade

Enquanto os resultados referentes ao perfil religioso mostraram-se consistentes e bem definidos, os achados relacionados à escolaridade revelaram padrões mais heterogêneos.

A seguir os resultados na base micro e macro:

Base Micro - 1271 observações

Variável	Coeficientes	Erro padrão	valor-P
fund_completo	0,0119	0,0021	1,63768E-08***
medio_completo	0,0037	0,0006	3,30017E-09***
super_completo	-0,0007	0,0005	0,162658194

*** p < 0,01; ** p < 0,05; * p < 0,10

Base agregada - 60 observações

Variável	Coeficientes	Erro padrão	valor-P
fund_completo	3,394	0,272	4,61E-18***
medio_completo	0,979	0,062	1,26E-22***

super_completo	0,483	0,120	0,000164***
----------------	-------	-------	-------------

*** p < 0,01; ** p < 0,05; * p < 0,10

Os resultados apontaram o oposto do esperado: os níveis mais altos de escolarização estão associados a menos votos em Marina. De um lado, na base micro há uma tendência de maior coeficiente do nível fundamental para o médio, mas caí no ensino superior. Já na base macro, a tendência é inversa desde o início, de forma que conforme se avança em regiões mais escolarizadas, há menos votos.

Cabe aqui o questionamento sobre o quanto a variável anterior pode estar relacionada. É possível que Marina tenha obtido uma boa votação entre segmentos mais escolarizados, mas que sua presença no eleitorado evangélico, mais presente entre as classes mais baixas, tenha atenuado esse impacto.

Diante desses resultados foram testadas as categorias de escolaridade incompleta:

Base Micro - 1271 observações

Variável	Coeficientes	Erro padrão	valor-P
fund_incompleto	0,0016	0,0004	1,8348E-05***
medio_incompleto	0,0070	0,0015	2,84802E-06***
super_incompleto	0,0106	0,0022	1,07752E-06***

*** p < 0,01; ** p < 0,05; * p < 0,10

Base agregada - 60 observações

Variável	Coeficientes	Erro padrão	valor-P
fund_incompleto	0,550	0,057	1,08E-13***
medio_incompleto	2,252	0,188	2,31E-17***
super_incompleto	3,012	0,210	1,09E-20***

*** p < 0,01; ** p < 0,05; * p < 0,10

É possível observar que, nas categorias de escolarização incompleta, há uma associação positiva e crescente, ou seja, quanto maior o nível de escolaridade incompleta, maior a associação com a votação em Marina.

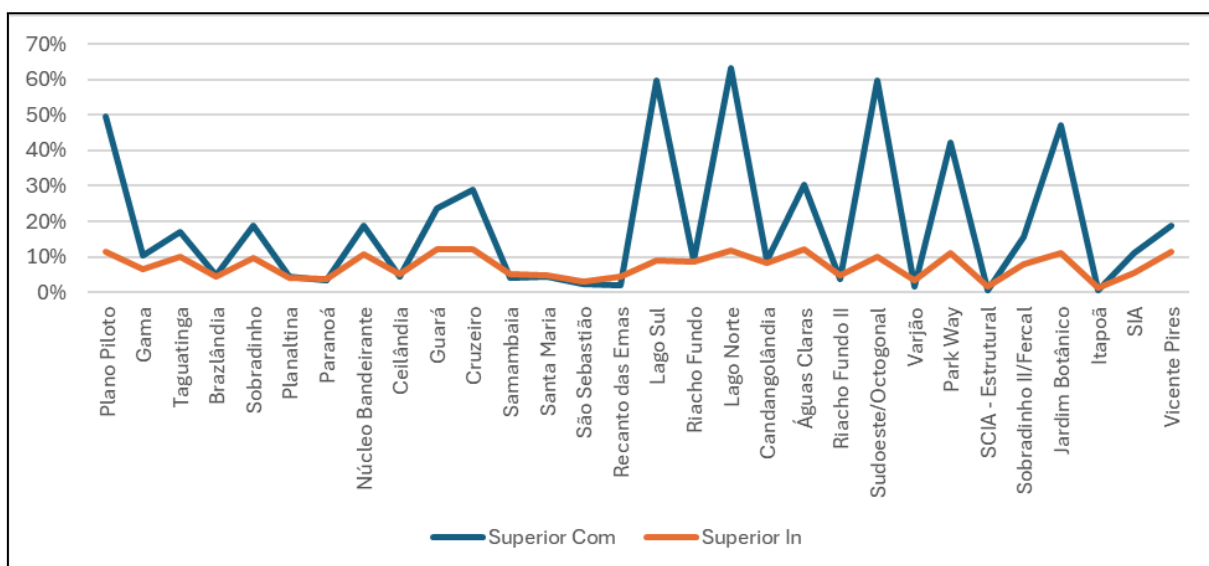
Foram testados também regressões que agrupam:

1. Fundamental incompleto + Fundamental completo
2. Médio incompleto + Médio completo
3. Superior incompleto + Superior completo

Neste caso os resultados se mantiveram parcialmente. Os coeficientes aumentaram saindo do fundamental para o médio mas caíram no grupo maior escolaridade. O mesmo foi feito separando as bases de 2010 e 2014, mas o padrão se manteve. Houve um tipo de agrupação (pouco comum) que apontou resultados que corroboram com a hipótese: ao unir todos os grupos de fundamental e médio e comparar com a agregação do nível superior.

4.3. Discussão dos resultados

Uma possível explicação para o resultado que contraria parte da literatura sobre o voto em Marina Silva no recorte da escolaridade diz respeito ao grau de dispersão da variável “ensino superior completo” no Distrito Federal. Enquanto essa categoria apresenta um desvio padrão elevado (19,9%), o ensino superior incompleto tem uma dispersão muito menor (2,9%). O gráfico a seguir, elaborado com dados da PDAD-DF de 2011, evidencia discrepâncias significativas entre as regiões administrativas quanto à proporção da população com ensino superior completo, ao passo que há maior uniformidade na distribuição do ensino superior incompleto. Considerando que o desvio padrão da votação em Marina entre as regiões é relativamente baixo (6,2%), torna-se menos provável que uma regressão apresente significância estatística para uma variável explicativa tão dispersa. Isso pode indicar que, apesar de haver uma relação substantiva entre escolaridade e



voto em Marina, a alta variabilidade interna da categoria “superior completo” dificulta a detecção de um padrão estatisticamente robusto.

É importante destacar as limitações deste estudo. A opção por utilizar os dados por local de votação, em vez de por zona eleitoral, deve-se ao fato de que o desenho das zonas eleitorais agrupa regiões administrativas com características sociais bastante heterogêneas. No entanto, nem sempre os eleitores votam na região em que residem — seja por haver um número reduzido de locais de votação, por mudança de domicílio sem atualização do local de voto, ou simplesmente pela proximidade de outras regiões.

Há casos em que determinadas regiões administrativas receberam mais votos do que o número de moradores, indicando que eleitores de outras regiões votaram nessas localidades. Um exemplo é o Núcleo Bandeirante, que registrou 29.428 eleitores, embora a população residente fosse de apenas 22.569 pessoas. Em contraste, Águas Claras contava com 109.935 moradores, mas recebeu apenas 18.549 eleitores. Situação semelhante ocorreu no SIA, que, apesar de abrigar 2.448 moradores, não registrou nenhum voto, já que não havia local de votação disponível na região administrativa.

Partindo desse pressuposto, é possível afirmar que eventuais distorções no processo de cálculo do número de votos por região administrativa podem ter influenciado os resultados do estudo. Um exemplo dessa distorção aparece na comparação entre os resultados por região administrativa (a partir da soma dos locais de votação) e os resultados por zona eleitoral, conforme os dados divulgados pelo TSE. Em 2010, por zona eleitoral, o pior desempenho de Marina foi de 34,86%, enquanto o cálculo por região administrativa (realizado neste estudo) indicou 24,1%, ambos referentes à mesma localidade, Planaltina.

Ainda assim, os resultados corroboram, ao menos parcialmente, a literatura que aponta que o eleitorado de Marina Silva tende a crescer com o aumento da escolaridade e com a presença de evangélicos. Assim, pode-se considerar que o sucesso eleitoral de Marina no Distrito Federal, nas eleições de 2010 e 2014, teve entre seus fatores a religião e a escolaridade. No entanto, não é possível afirmar que essas foram as clivagens determinantes para esse resultado.

Portanto, a hipótese 1 (A votação de Marina Silva é maior entre a população evangélica quando comparada à religião católica) é confirmada. Já a hipótese 2 (A

votação de Marina Silva cresce conforme os níveis de escolaridade vão avançando) é parcialmente confirmada, sendo verdadeira nos casos de incompletude dos graus ou na comparação do nível superior com os demais níveis.

5. CONCLUSÃO

Esta monografia buscou responder à seguinte pergunta: o voto evangélico e escolarizado é capaz de explicar o desempenho de Marina Silva no Distrito Federal nas eleições presidenciais de 2010 e 2014? Esse questionamento parte de um contexto de disputas presidenciais polarizadas entre PT e PSDB por 20 anos no Brasil, mas que, ainda assim, teve no Distrito Federal um caso em que o eleitorado votou acima da média nacional em uma candidatura de terceira via.

Para isso, foram utilizados dados do TSE e da PDAD-DF, com o objetivo de construir uma base de dados que associa às regiões administrativas uma estimativa de votos. A partir disso, buscou-se, por meio de regressões lineares bivariadas, verificar se é possível associar os padrões de votação com dados sociodemográficos de religião e escolaridade.

Os resultados apontaram para uma associação entre regiões mais evangélicas e a votação em Marina Silva, assim como uma relação entre maiores percentuais de escolaridade incompleta e seu desempenho. No entanto, esse padrão não se confirmou para os níveis de escolaridade completos. Sendo assim, o objetivo geral da monografia, identificar características que possam explicar a votação de Marina Silva no Distrito Federal em 2010 e 2014, foi atingido. Pode-se afirmar, portanto, que o voto evangélico e a escolaridade (especialmente nos níveis incompletos), conforme apontado por estudos do campo, também se mostraram efetivos como variáveis explicativas no contexto do DF. Contudo, não é possível afirmar que apenas esses dois fatores explicam o sucesso eleitoral da candidatura de Marina Silva.

Esta pesquisa contribui ao campo dos estudos eleitorais ao utilizar uma unidade da federação onde candidaturas de terceira via tiveram desempenho relevante no período analisado (1994–2014), especialmente no caso de Marina Silva, buscando elucidar fatores que ajudam a explicar esse fenômeno.

Ainda assim, permanecem lacunas para compreender o que levou o Distrito Federal a se tornar uma região que recorrentemente opta por candidaturas fora da polarização. Também é necessário verificar se esse padrão se manteve nas eleições subsequentes. Especificamente sobre a votação de Marina Silva, é importante investigar se outros fatores, além da religião e da escolaridade, contribuíram para seu desempenho acima da média no DF. Para isso, futuros estudos podem recorrer a metodologias qualitativas, como entrevistas com atores-chave da campanha, a fim de identificar outras variáveis relevantes.

Além disso, no âmbito mais amplo do campo, é importante investigar se há características em comum entre os quatro estados que, entre 1994 e 2014, apresentaram cinco votações superiores à média nacional em candidaturas de terceira via, são eles: Acre, Amazonas, Amapá e Rio de Janeiro. Apenas o DF teve desempenho acima da média em todas as seis eleições analisadas.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Oswaldo E. do; RIBEIRO, Pedro Floriano. Por que Dilma de novo? Uma análise exploratória do Estudo Eleitoral Brasileiro de 2014. *Revista de Sociologia e Política*, v. 23, p. 107-123, 2015.

ARQUER, Monize; TANAKA, Marcela. " Terceira via"? elementos individuais, partidários e territoriais do voto em Marina Silva (2010-2014). *10º Encontro da ABCP*, v. 2010, p. 1, 2014.

BOHN, Simone R. Contexto político-eleitoral, minorias religiosas e voto em pleitos presidenciais (2002-2006). *Opinião pública*, v. 13, p. 366-387, 2007.

BORGES, André. Nacionalização partidária e estratégias eleitorais no presidencialismo de coalizão. *Dados*, v. 58, n. 3, p. 651-688, 2015.

BORGES, André; VIDIGAL, Robert. Do lulismo ao antipetismo? Polarização, partidarismo e voto nas eleições presidenciais brasileiras. *Opinião Pública*, v. 24, n. 1, p. 53-89, 2018.

CAVENAGHI, Suzana et al. Quem vota em quem: Um retrato das intenções de voto nas eleições para presidente em setembro de 2010. *Mulheres nas eleições 2010*, p. 91-134, 2012.

DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. Zahar, 1970.

DOLANDELI, Rodrigo; CAPRA, Pedro. Comportamento eleitoral no Brasil, revisão e novos estudos. *Revista Andina de Estudios Políticos*. v. 9, p. 49 - 64, 2019.

GIDDENS, Anthony. *O debate global sobre a terceira via*. Unesp, 2007.

GUARNIERI, Fernando. Voto estratégico e coordenação eleitoral testando a Lei de Duverger no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 30, p. 77-92, 2015.

GURÃO, Bruno Fonseca. Eleições Presidenciais de 2014: Reflexões sobre o Capital Político e a Capitalização de Votos de Marina Silva. *Cadernos de Estudos Sociais e Políticos*, v. 7, n. 12, p. 131-160, 2017.

KOCH, Jeffrey W. Political cynicism and third party support in American presidential elections. *American Politics Research*, v. 31, n. 1, p. 48-65, 2003.

LIMONGI, Fernando; CORTEZ, Rafael. As eleições de 2010 e o quadro partidário. *Novos estudos CEBRAP*, p. 21-37, 2010.

LIMONGI, Fernando; GUARNIERI, Fernando. A base e os partidos: as eleições presidenciais no Brasil pós-redemocratização. *Novos estudos CEBRAP*, p. 05-24, 2014.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Aborto e ativismo religioso nas eleições de 2010. *Revista Brasileira de Ciência Política*, p. 25-54, 2012.

MELO, Carlos Ranulfo. The 2014 elections and the Brazilian party system. *Brazilian Political Science Review*, v. 9, n. 1, p. 93-114, 2015.

MELO, Carlos Ranulfo; CÂMARA, Rafael. Estrutura da competição pela presidência e consolidação do sistema partidário no Brasil. *Dados*, v. 55, p. 71-117, 2012.

MOREIRA, Michele Strelow et al. Regressão linear simples e múltipla. Bioestatística quantitativa aplicada. *Porto Alegre: UFRGS, 2020*. Cap. 10, p. 197-216, 2020.

NICOLAU, Jairo. Determinantes do voto no primeiro turno das eleições presidenciais brasileiras de 2010: uma análise exploratória. *Opinião Pública*, v. 20, p. 311-325, 2014.

NICOLAU, Jairo. Os quatro fundamentos da competição política no Brasil (1994-2014). *Journal of Democracy em Português*, v. 6, n. 01, p. 83-106, 2017.

PAIVA, Denise; KRAUSE, Silvana; LAMEIRÃO, Adriana Paz. O eleitor antipetista: partidarismo e avaliação retrospectiva. *Opinião Pública*, v. 22, n. 3, p. 638-674, 2016.

PEIXOTO, Vitor; RENNÓ, Lucio. Mobilidade social ascendente e voto: as eleições presidenciais de 2010 no Brasil. *Opinião Pública*, v. 17, p. 304-332, 2011.

RENNÓ, Lucio; AMES, Barry. PT no purgatório: ambivalência eleitoral no primeiro turno das eleições presidenciais de 2010. *Opinião Pública*, v. 20, p. 01-25, 2014.

RODRIGUES, Guilherme Alberto; FUKS, Mario. Grupos sociais e preferência política: o voto evangélico no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 30, p. 115-128, 2015.

RODRIGUES, Ricardo José Pereira. A viabilidade dos terceiros partidos no sistema político dos Estados Unidos. *Revista de Informação Legislativa*, v. 185, p. 41-55, 2010.

SOUZA, Bruno Mello; MARTINS, Joyce Miranda Leão. Pt x Psdb: a atualização do embate político na eleição presidencial de 2014. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, v. 6, n. 1, p. 26-47, 2015.

SPECK, Bruno Wilhelm; BALBACHEVSKY, Elizabeth. Identificação partidária e voto. As diferenças entre petistas e peessedebistas. *Opinião Pública*, v. 22, p. 569-602, 2017.